

## Identificação da empresa

PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) S.A.

Capital Social €2 000 000 000 (do qual se encontra realizado o montante de €986 686 031)

Pessoa Colectiva nº 502 769 017

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o nº 01656

### CONTACTOS

Sede: Rua Laura Alves, nº 4  
1050 – 138 Lisboa Portugal

Telefone: +351 21 781 71 60

Fax: +351 21 795 05 05

Email: [geral@parpublica.pt](mailto:geral@parpublica.pt)

Site: <http://www.parpublica.pt>

## Missão

A Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada por Decreto-Lei no final de 2000 constitui um instrumento do Estado para a gestão de participações em empresas em processo de privatização, apoiando os processos de privatização, no quadro aprovado pelo governo.

As missões cometidas à PARPÚBLICA pelo diploma que a constituiu desenvolvem-se através dos mecanismos próprios de uma SGPS, ou seja da sua carteira de participações e através da prestação de serviços à tutela.

Na sua qualidade de SGPS uma das suas funções essenciais continua a ser a gestão dos activos integrados na sua carteira, tendo como enquadramento o programa de privatizações aprovado pelo Governo nas condições específicas determinadas para cada operação pelos respectivos diplomas legais.

As participações em empresas em processo de reprivatização constituem ainda uma parte muito significativa da carteira o que por si só justifica a importância do papel da empresa na execução do Programa de Privatizações do Governo, o qual define não só o calendário, mas também as condições concretas das operações de alienação dessas participações.

Complementarmente a empresa pode gerir participações públicas que conferem direitos especiais ao Estado em empresas privatizadas apoiar processos de reestruturação de empresas, e apoiar ainda o exercício pelo Ministro das Finanças da tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviço de interesse económico geral.

A Parpública pode ainda actuar como prestadora de serviços de apoio técnico em diversas aéreas, para além da gestão de empresas públicas, nomeadamente no acompanhamento de processos de interesse público como os projectos em desenvolvimento sob a forma de parcerias público privadas (PPP's) ou o apoio ao processo de venda da carteira de participações acessória detida pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

A gestão de património imobiliário público através de empresas subsidiárias de objecto especializado constitui outra importante área de actuação que mais tem crescido nos últimos

anos e aquela que tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na actividade do grupo, a par da gestão de participações sociais que até agora definiu o perfil de actuação da Parpública.

## Objectivos

Em 2007, ano em que foi actualizado o regime jurídico que enquadra as empresas do sector empresarial do Estado foi igualmente o ano em que foram nomeados os órgãos sociais da Parpública para um novo mandato, enquadrado por novos Estatutos aprovados no 3º Trimestre, que introduziram um novo modelo de governação, tendo o accionista estabelecido em Assembleia Geral um conjunto de orientações estratégicas para a empresa e definido os objectivos de gestão a atingir neste mandato:

### **- Criação de valor como objectivo na Gestão dos activos do Grupo**

A gestão adequada da carteira de participações sociais, constitui o essencial da actividade da Parpública, a qual é prosseguida visando objectivos de sustentabilidade e de rentabilidade. Para tal deverão ser encetados processos de reestruturação empresarial que melhor assegurem esse objectivo, no quadro da natureza específica dos objectivos da empresa, que deverá conduzir a sua actuação em articulação com as opções políticas do Governo no âmbito da gestão da carteira de activos do Estado.

A orientação geral para o desenvolvimento dos negócios aponta como objectivo central, para além da criação de valor, a manutenção da solidez financeira da empresa, para o que é necessário assegurar o crescimento dos resultados líquidos e dos capitais próprios, o que implica também a necessidade de conter o endividamento em níveis compatíveis com a rentabilidade da carteira.

No quadro da rentabilização das suas participações inclui-se a alienação das que sejam consideradas não estratégicas ou sem capacidade de criação de valor, casos em que se torna necessário promover a sua prévia reestruturação ou mesmo a extinção quando se conclui que as mesmas não são viáveis. Para as restantes, há que criar adequadas condições de eficácia de gestão para que, aquelas que devam continuar na esfera pública, contribuam positivamente para o objectivo de rentabilidade do grupo.

O modelo de actuação e estratégia futura da empresa terá de garantir a possibilidade da sua continuidade como instrumento de actuação do Governo na gestão de activos do Estado, o que pressupõe necessariamente a manutenção da sua sustentabilidade financeira e dos actuais níveis de rating.

### **- Execução do Programa de Privatizações e Redefinição da Missão e da Estratégia da empresa**

O aprofundamento do programa de privatizações vai obrigar ao ajustamento da missão e dos objectivos da empresa bem como à definição de novas soluções e estratégias que possibilitem assegurar a sua sustentabilidade e equilíbrio económico e financeiro e que salvaguardem o seu papel de empresa instrumental para a prossecução dos interesses públicos.

### **- Actividade imobiliária -Gestão do património imobiliário público**

O apoio ao Estado na gestão de património imobiliário é uma das linhas de actuação do grupo traduzindo-se a acção desenvolvida na comercialização de património excedentário do Estado mas também no desenvolvimento de estudos urbanísticos que permitam a concretização do potencial de valor dos activos previamente à sua venda, e ainda na construção de soluções que permitam disponibilizar ao Estado novos espaços para instalação dos serviços. O financiamento desta actividade deverá prosseguir através da implementação da estratégia iniciada em 2006 e que visa financiar a actividade imobiliária através do crescente recurso a capitais exteriores ao Grupo, nomeadamente através da colocação dos activos em

Fundos de Investimento Imobiliário e da colocação no mercado das respectivas UP's (Unidades de Participação).

Este segmento de actividade do Grupo Parpública inclui para além da vertente de apoio à gestão do património imobiliário do Estado, a gestão de patrimónios imobiliários inicialmente detidos por empresas públicas entretanto privatizadas, mas que por diversas razões (a

principal das quais o facto de terem associados significativos passivos ambientais) não foram incluídos na privatização.

#### **-Apoio ao Investimento Público**

Constitui ainda um objectivo estratégico a continuação da intervenção do Grupo no apoio ao investimento público, a qual será assegurada, nomeadamente e no que respeita à componente de investimento em infra-estruturas, através do envolvimento e dinamização da Credip, veículo financeiro específico criado para esta finalidade em parceria com a Caixa Geral de Depósitos.

Em articulação com estes objectivos para 2007 foram fixadas metas no que respeita à evolução do resultado líquido, dos capitais próprios e do endividamento de acordo com as quais os resultados e os capitais próprios (ajustados em função da natureza específica da sociedade) têm que apresentar uma evolução positiva consistente.

Tal como recomendado pelo novo modelo legal para as empresas do Estado e gestão pública foram celebrados contratos de gestão com os gestores executivos, os quais na medida em que fixam objectivos, contribuem para uma responsabilização mais efectiva e objectiva da equipa executiva, que tendo aceite as metas contratadas será avaliada pelos resultados atingidos.

## Políticas da Empresa

A Parpública, visando garantir elevados níveis de eficácia e eficiência, procura nas suas linhas de actuação, adoptar as políticas mais adequadas que permitam obter os melhores resultados, dando especial atenção às seguintes:

### Política de Governance

Na condução da sua actividade a empresa segue as boas práticas em termos de Governance tendo como principal referência, para além das normas divulgadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o normativo definido pela Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007 relativo às regras de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.

Em termos de organização interna, a Parpública tem como objectivo assegurar a eficácia do processo de gestão através de estruturas ligeiras e, através da divisão de tarefas e responsabilidades, garantir a segurança do processo de decisão. A divulgação da informação, obedecendo a critérios de oportunidade e rigor, traduz a forma transparente como os negócios são conduzidos.

### Política de Qualificação dos Recursos Humanos

Dadas as características da sua actividade é elevada a exigência quanto à capacidade técnica dos recursos humanos, preocupação que a empresa tem presente no recrutamento sempre que necessário, de novos quadros e que justifica também a contínua necessidade de promover a qualificação dos recursos humanos existentes, visando a sua actualização nas diversas áreas relevantes da sua actividade.

Esta visão traduz-se no apoio à frequência de cursos ministrados por Universidades, através da organização de conferências especializadas e no apoio à participação dos quadros em iniciativas externas deste tipo.

Apesar da orientação relativa à necessidade de promover a qualificação dos recursos humanos reconhece-se que a reduzida dimensão do número de quadros e a consequente carga de trabalho que incide sobre os colaboradores constitui uma restrição activa à participação destes naquelas iniciativas.

### Política de Financiamento

O endividamento mantém-se em níveis compatíveis com a capacidade de libertação de meios, resultado também da política de consolidação do financiamento que vem sendo prosseguida, situação que tem permitido manter o nível de *rating* equiparado ao da República, condição indispensável à optimização do custo do financiamento.

Ao nível do Grupo seguem-se atentamente as diversas situações, no sentido de garantir o recurso aos melhores mecanismos de financiamento em cada momento, promovendo-se o recurso das participadas controladas ao mercado de capitais apenas quando o processo de criação de valor por parte dos respectivos negócios, atinge um ponto de concretização do potencial de valor, que permite o recurso ao mercado, para satisfazer as respectivas necessidades de financiamento em adequadas condições de custo.

## Obrigações de Serviço Público

Não aplicável

## Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público

Não aplicável

## Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

Não aplicável